



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

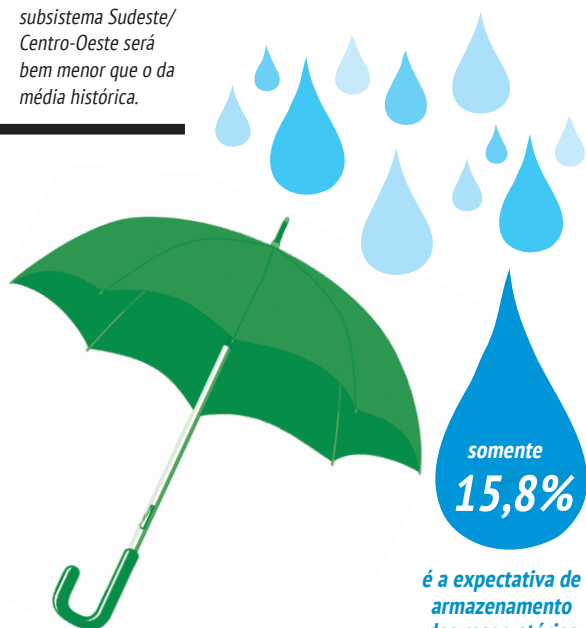
CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Nível dos reservatórios do Sudeste deve fechar novembro com 15,8% segundo ONS

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê que o volume de chuvas no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, em novembro, será de 74% da média histórica em novembro. Com isso, o órgão trabalha com uma expectativa de armazenamento de apenas 15,8% dos reservatórios hidrelétricos das duas regiões ao fim de novembro, o primeiro mês do período úmido. Os indicadores sofreram variações em relação aos números apresentados no dia 3/11 aos agentes. O ONS havia apresentado uma previsão de chuvas de 62% a 65% da média para novembro no Sudeste/Centro-Oeste, que fecharia o mês com 17% de armazenamento. O ONS também divulgou a previsão de consumo de energia no sistema em novembro, de 66.691 Megawatts médios. O volume é 2,6% superior ao observado em igual período do ano passado. Com base nessas premissas, o operador divulgou um custo marginal de operação (CMO) médio de R\$ 1.009,82 por Megawatt-hora, para todos os subsistemas do país para a segunda semana de novembro. Como o CMO baliza o cálculo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), parâmetro utilizado para a formação do preço de energia de curto prazo, a tendência é que o preço spot fique no teto-regulatório, de R\$ 822,83/MWh, na semana em questão. (03.11.2014-Baseado em Valor Econômico)

A previsão é que, em novembro, o volume de chuvas no subsistema Sudeste/Centro-Oeste será bem menor que o da média histórica.



é a expectativa de armazenamento dos reservatórios de água

PAINEL

ANTAQ abre consulta pública sobre arrendamento do Terminal de Trigo do Porto do Rio de Janeiro

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários abriu consulta pública cujo objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das minutas jurídicas e técnicas necessárias à realização de certame licitatório para o arrendamento do Terminal de Trigo do Porto do Rio de Janeiro. Saiba mais.: www.antaq.gov.br

Onda de atrasos se dissemina e afeta mais hidrelétricas

A onda de atrasos na construção de usinas hidrelétricas não se restringe mais aos grandes projetos amazônicos. Empreendimentos de médio porte também começaram a apresentar sérios desvios de cronograma recentemente. O problema recai sobre os “culpados” de sempre: polêmicas em torno do licenciamento ambiental, embargos judiciais e até conflitos trabalhistas. Diante do acúmulo de imprevistos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já não conta mais com a entrada em operação de quatro usinas na data originalmente prevista em contrato: Colíder (MT), Salto Apiacás (MT), Baixo Iguaçu (PR) e São Roque (SC). Esse conjunto de hidrelétricas aumentará em 830 MW a capacidade instalada do parque gerador. No caso da usina de Colíder, que está sendo construída no rio Teles Pires, a Aneel já adiou de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 sua previsão de acionamento das turbinas. A hidrelétrica de São Roque, com 135 MW, já extrapolou em seis meses a previsão de entrada em funcionamento e só deve ligar suas máquinas em julho de 2016. *(22.10.2014-Baseado em Valor Econômico)*

BNDES financia R\$ 18 bilhões em obras das operadoras de telecomunicações

De 2009 até o fim deste ano, o BNDES terá financiado cerca de R\$ 18 bilhões para projetos de infraestrutura de telecomunicações. Durante o período, houve momentos de pico como em 2009, quando foram financiados R\$ 3,6 bilhões pela concentração de projetos para atendimento às metas de universalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O valor representou 19% de todos os investimentos do setor. O número caiu para R\$ 1,7 bilhão em 2010, representando 9% dos aportes. Mas voltou a subir para R\$ 2,8 bilhões em 2011 (13%) e R\$ 4,7 bilhões em 2012 (19%) por causa da expansão das redes 2G e 3G e do início da implementação das redes 4G. No ano passado, foram liberados R\$ 1,9 bilhão, e, em 2014, o valor deve fechar em R\$ 3,2 bilhões. *(27.10.2014-Baseado em Valor Econômico)*

Governo prepara mais três concessões de aeroportos

A política de concessões aeroportuárias deve ter sequência por mais três terminais: Salvador (BA), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS). A intenção de técnicos do Governo é reduzir ou até mesmo eliminar a fatia da estatal Infraero nos consórcios formados com a iniciativa privada. Ela manteve participação acionária de 49% nos cinco aeroportos concedidos desde 2012. Salvador, Manaus e Porto Alegre são os três aeroportos - na visão preliminar do Governo - que combinam a maior necessidade de investimentos em modernização com o maior grau de atratividade para a iniciativa privada. Apesar de um volume de passageiros inferior à dos terminais já concedidos, eles têm bom potencial de movimentação de cargas. *(31.10.2014 -Baseado em Valor Econômico)*

Novo preço spot deve encarecer conta de luz

A proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de reduzir o teto do preço de liquidação de diferenças (PLD) pode ampliar em dez vezes o valor de encargos cobrados na conta de luz de empresas e consumidores residenciais. A conclusão é de um estudo realizado pela comercializadora Safira Energia. O PLD serve de parâmetro para o preço de energia no mercado de curto prazo (spot) e a ideia da Agência é reduzi-lo dos atuais R\$ 822,83/MWh para R\$ 388,04/MWh em 2015. Segundo o estudo, feito a partir de dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) entre janeiro e julho deste ano, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) totalizou R\$ 582 milhões. Se neste período fosse aplicado o teto proposto pela Aneel, por exemplo, o impacto do ESS seria de R\$ 5,4 bilhões, quase dez vezes mais. Isso acontece porque o encargo tem que cobrir todo o custo de operação das térmicas que ultrapassa o teto do preço spot. (23.10.2014-Baseado em Valor Econômico).

Governo estuda regra para restringir concentração portuária

A intenção do Governo é estimular a concorrência e fomentar a modicidade tarifária, evitando concentração de mercado.

O Governo estuda restringir ou até vetar a participação de empresas que já atuam nos portos organizados ou nas áreas de influência nas próximas licitações portuárias. O Governo quer evitar, também, a verticalização do negócio, o que pode dificultar, por exemplo, a entrada de grupos que já controlam negócios que utilizam porto. A intenção é estimular a concorrência e fomentar a modicidade tarifária, evitando concentração de mercado. A iniciativa privada já se articula para reverter a intenção. A medida consta de uma proposta de norma publicada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O texto do edital de licitação para exploração de novas áreas diz que “poderá restringir ou impedir a participação de empresas integrantes de grupos econômicos que já atuem na área do porto organizado; na área de influência do porto organizado; ou em outras atividades econômicas que representem formas de integração vertical”. (22.10.2014-Baseado em Valor Econômico).

Após leilões frustrados, projeto do trem-bala volta aos planos

Depois de oito anos de discussões, estudos e três tentativas frustradas de leilão, voltou aos planos do Governo o polêmico projeto do trem-bala, que ligará Campinas (SP) e São Paulo (SP) ao Rio de Janeiro (RJ). Apesar de ter ficado adormecido durante este ano de eleições, o trem-bala continuou a ser alvo de estudos técnicos pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que está próxima de concluir seus levantamentos para apresentar editais de contratação. A EPL prevê que já no início de 2015 será possível apresentar os editais para contratação de novos estudos técnicos envolvendo itens como demanda, custos operacionais, investimentos necessários, geologia, entre outros. (29.10.2014-Baseado em O Estado de São Paulo)

Ibama concede licença prévia à Fico

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu licença prévia para trecho de 1.582 km da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) entre as cidades de Vilhena (RO) e Uruaçu (GO). Com o aval, o órgão atesta a viabilidade ambiental da ferrovia, que vai cortar a principal área de produção de grãos do país. (07.10.2014 - Baseado em Valor Econômico).

Gasto da indústria com energia elétrica deve crescer 47%

A principal razão para o aumento de gastos com o suprimento de eletricidade se deve ao vencimento de contratos antigos, segundo a ABRACE.

A grande indústria prevê um aumento em torno de R\$ 20 bilhões nos gastos com eletricidade até 2018. O montante deve elevar em 47% a fatura paga atualmente pelo setor, conforme estimativas feitas pela Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres). Em levantamento recém-concluído com seus 46 associados, que respondem por uma demanda de aproximadamente 10 mil MW e 40% do consumo industrial, a Abrace aponta o vencimento de contratos antigos como principal razão para a disparada de gastos com o suprimento de eletricidade nos próximos quatro anos. (06.10.2014 - Baseado em Valor Econômico).

Governo atrasa 9 de 11 obras prioritárias do PAC

Os compromissos do Governo para o último trimestre de mandato deveriam incluir a inauguração de 11 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa foi a meta estabelecida pela presidente Dilma Rousseff no início de 2011, quando assumiu o Governo e apresentou seu primeiro balanço do PAC. Quase quatro anos depois, apenas dois empreendimentos previstos para ser concluídos entre outubro e dezembro de 2014 terão, de fato, obras entregues dentro do prazo: as hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Ferreira Gomes, ambas construídas no Amapá. A primeira iniciou suas operações neste mês e a segunda deve ligar suas turbinas até dezembro. (20.10.2014 - Baseado em O Estado de São Paulo)

Projetos de VLTs ficam na promessa

Os cronogramas para as obras de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) estão atrasados na maior parte do país e nem saíram do papel em muitas regiões. Segundo especialistas, apesar de haver dinheiro disponível nos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2) do Governo Federal, não há preparo técnico em muitas cidades pequenas para receber tais investimentos. “Os órgãos federais deveriam cuidar também da qualificação e orientação das cidades menores para que possam implantar essas obras com propriedade”, afirma Telmo Giolito Porto, Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. (27.10.2014 - Baseado em Valor Econômico)

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2018

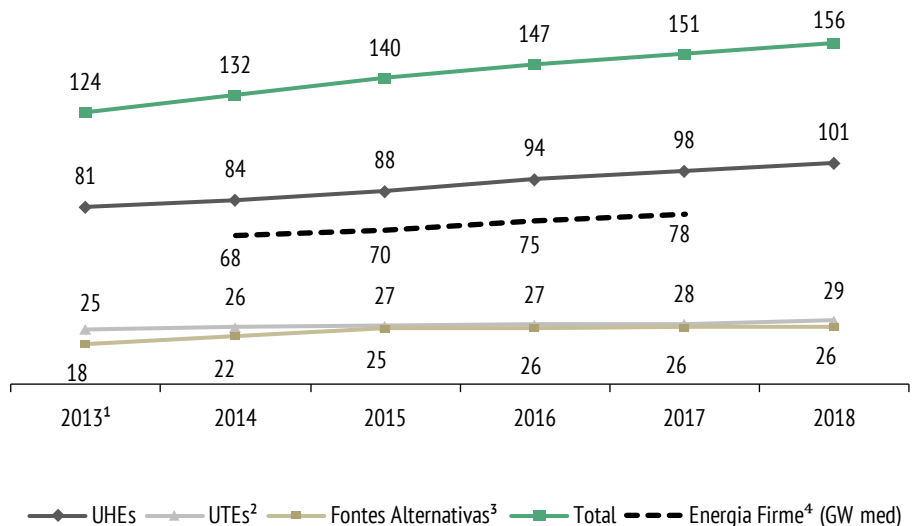
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	715	3.896	5.452	3.886	3.667	17.615
Otimista	715	3.896	5.460	3.886	4.775	18.731
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	451	605	595	400	1.405	3.455
Otimista	451	623	595	410	1.405	3.483
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	793	3.245	443	156	100	4.737
Otimista	851	5.740	3.348	1.566	1.637	13.143
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.959	7.746	6.490	4.442	5.172	25.808
Otimista	2.017	10.259	9.402	5.861	7.817	35.357

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,4 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 6,0% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios)
Cenário Conservador

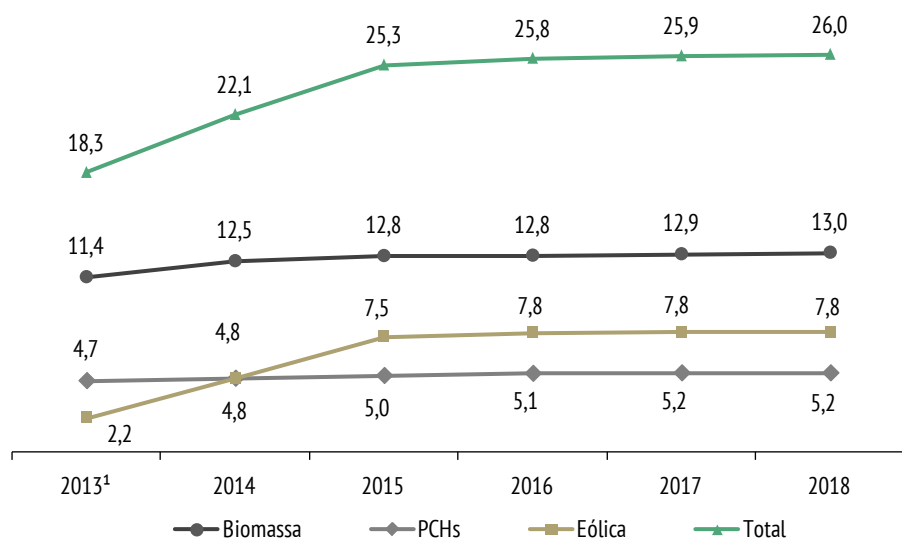


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.⁵

* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,3% e 0,5%.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 26% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 15% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 5%.

Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 18,7 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 17,6 MW no mesmo período. Em outras palavras, 94% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,5 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,4 mil MW (99%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

As primeiras unidades geradoras da usina hidrelétrica de Santo Antônio, instaladas na casa de força da margem direita do Rio Madeira, foram conectadas ao sistema Acre/Rondônia em março de 2012 através de um transformador provisório e um conjunto de linhas operando em 230 kV e 500 kV. Posteriormente, entraram em operação as duas conversoras back-to-back instaladas em Porto Velho para o suprimento local. Segundo o Operador, o projeto incorporou novas tecnologias, tanto na geração com a utilização de turbinas bulbo, como nas estações conversoras que empregam a tecnologia Capacitor Commutated Converter. É o que registra o Relatório Anual de 2013 do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Em novembro de 2013, entrou em operação o primeiro bipolo de corrente contínua em 600 kV entre Porto Velho e Araraquara, dando início ao escoamento da energia gerada nas usinas de Santo Antônio e Jirau diretamente para o Estado de São Paulo. Trata-se da maior linha em corrente contínua em operação no Mundo. A primeira etapa da integração do Madeira ao Sudeste caracterizou-se pela pequena quantidade de unidades geradoras das duas usinas. Além disso, faltava o chamado controle mestre, que é o equipamento responsável pela integridade das instalações e a segurança do sistema. A causa desse percalço foi o atraso na implantação dos Generators Station Coordinators, que são equipamentos responsáveis pela transmissão de informações das usinas ao controle mestre. Tal contingência limitou o carregamento do bipolo de corrente contínua a 700 MW.

Essa dificuldade somou-se ao grande atraso ocorrido na implantação das linhas. Assim, o suprimento constou de 700 MW para o Sudeste e 400 MW através do back-to-back para o sistema Acre/Rondônia.

A geração do Madeira, que nas duas usinas terá capacidade instalada de 6.900 MW, passou por novas vicissitudes na primeira quinzena de fevereiro deste ano quando altas vazões na Bacia do Madeira provocaram elevação do nível à jusante de Santo Antonio com perda de queda e de potência. Na segunda quinzena de fevereiro houve nova elevação do nível à jusante da usina levando ao desligamento das máquinas. A usina de Jirau atendeu então a carga local.

As usinas do complexo do Madeira são a fio d'água. Seu perfil de geração obedece ao perfil das aflúncias, com oferta abundante nas chuvas e reduzida na seca. O montante de garantia física das 44 unidades geradoras de Santo Antonio é 2.218 MW médios. Com seis unidades geradoras adicionais, a garantia física total será 2.424 MW médios. A geração das 44 unidades dessa usina foi totalmente vendida, sendo 70% comercializada no mercado regulado por R\$ 109,2/MWh, base dezembro de 2013, e 30% no mercado livre por R\$ 182,20/MWh. Caso a energia das seis turbinas adicionais venha a ser adquirida no mercado livre, a fração da geração de Santo Antonio comercializada no ambiente regulado representará 64% e no livre 36%.

Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 436 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 2,0 mil MW.

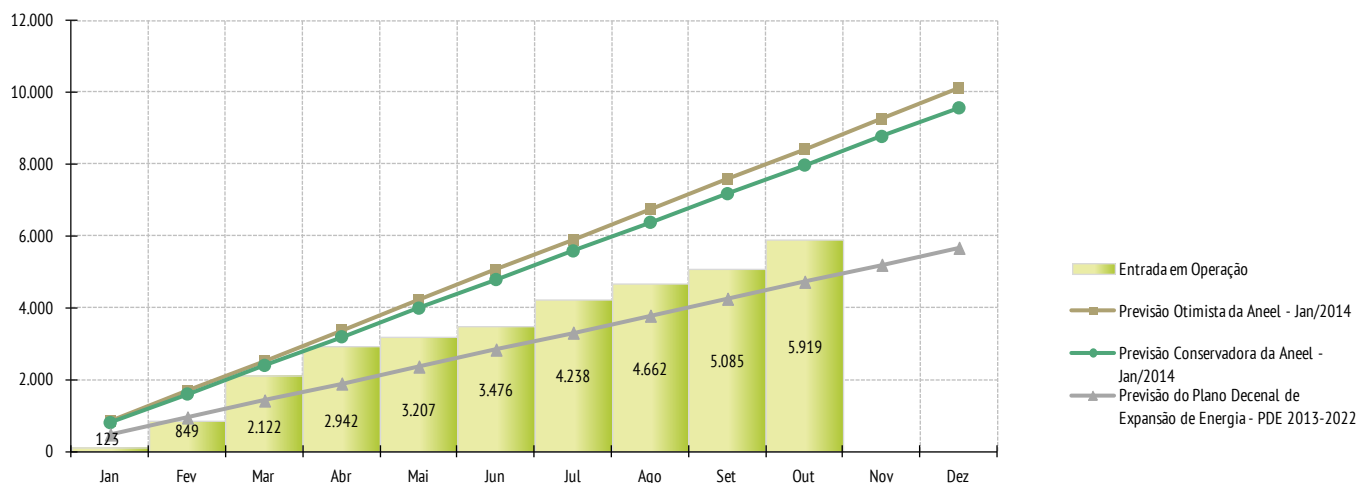
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 669 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,7 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,4 mil MW, apenas 39% da potência (3,6 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

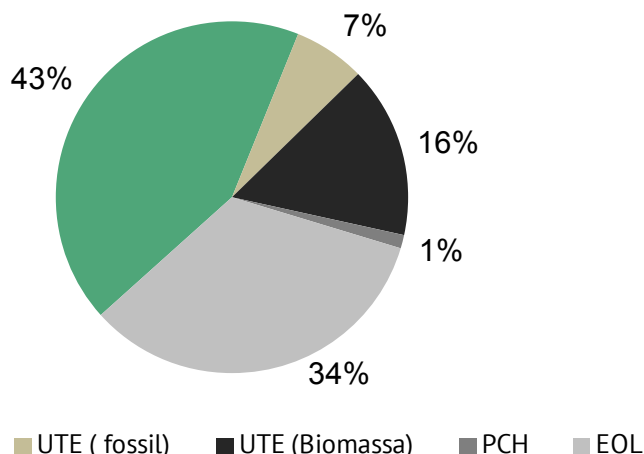
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de outubro, entraram em operação 5.919 MW. Desse total, as UHEs representaram 43% da potência total que entrou em operação totalizando 2,5 mil MW. As EOL representaram 34% totalizando 2,0 mil MW. As UTEs fósseis representaram 7% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 16% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2014



1.2 Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em setembro de 2014, 38.797 GWh, apresentando um valor 1% superior ao observado em setembro de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.868 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total de energia elétrica consumida em setembro de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 3% quando comparado ao mesmo período de 2013.

De acordo com a EPE, a retração do consumo industrial de energia elétrica no terceiro trimestre se concentra nas regiões Sudeste e Nordeste, onde as taxas foram negativas em 8,8% e 6,7%, respectivamente. O menor dinamismo de setores eletrointensivos tem causado impacto significativo no mercado de energia elétrica industrial.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

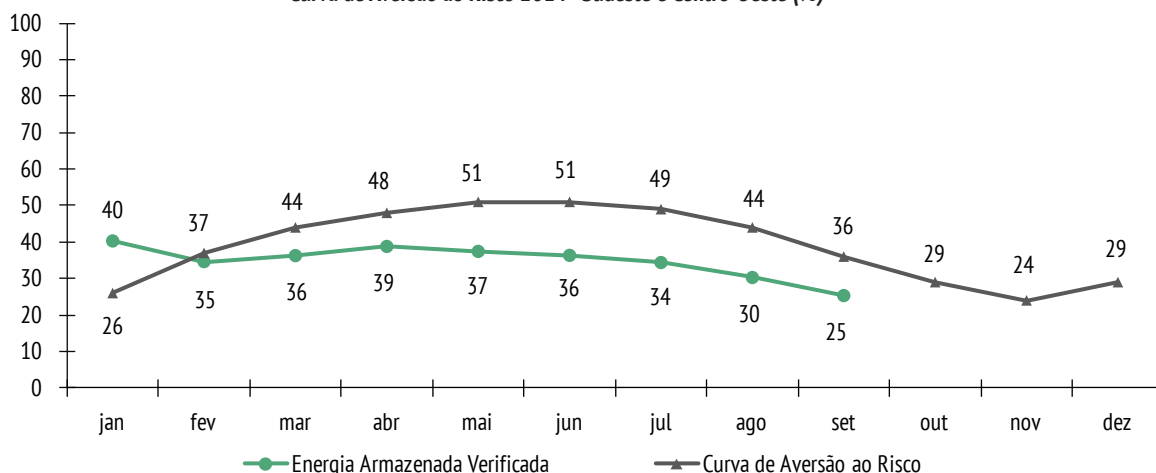
Classe	Set 2013	Set 2014	Var. %	Jan-Set 2013	Jan-Set 2014	Var. %
Residencial	10.250	10.545	3	92.931	98.510	6
Industrial	15.594	14.868	-5	137.770	133.587	-3
Comercial	6.760	7.172	6	61.651	66.445	8
Outras	5.919	6.212	5	52.502	54.633	4
Total	38.523	38.797	1	344.854	353.175	2

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3 Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

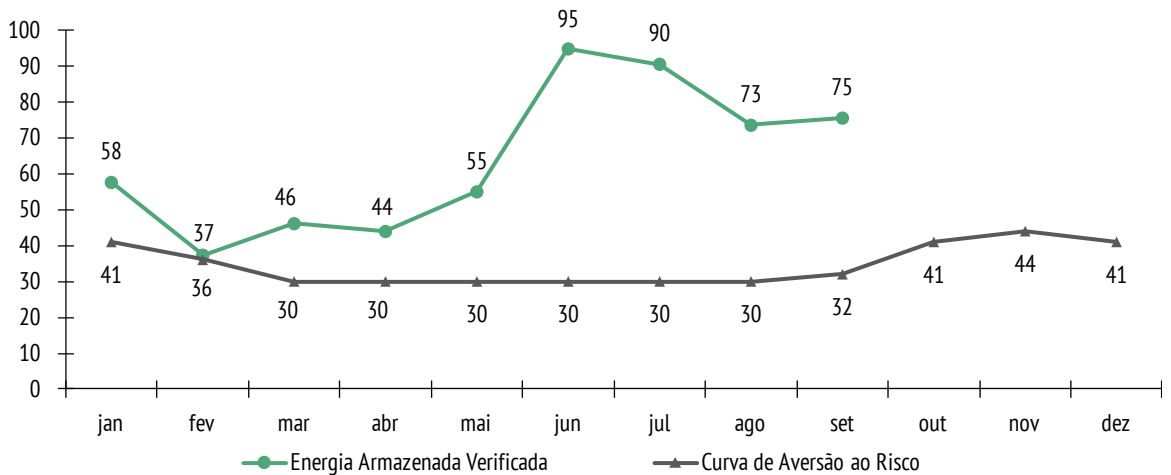
Curva de Aversão ao Risco 2014 - Sudeste e Centro-Oeste (%)



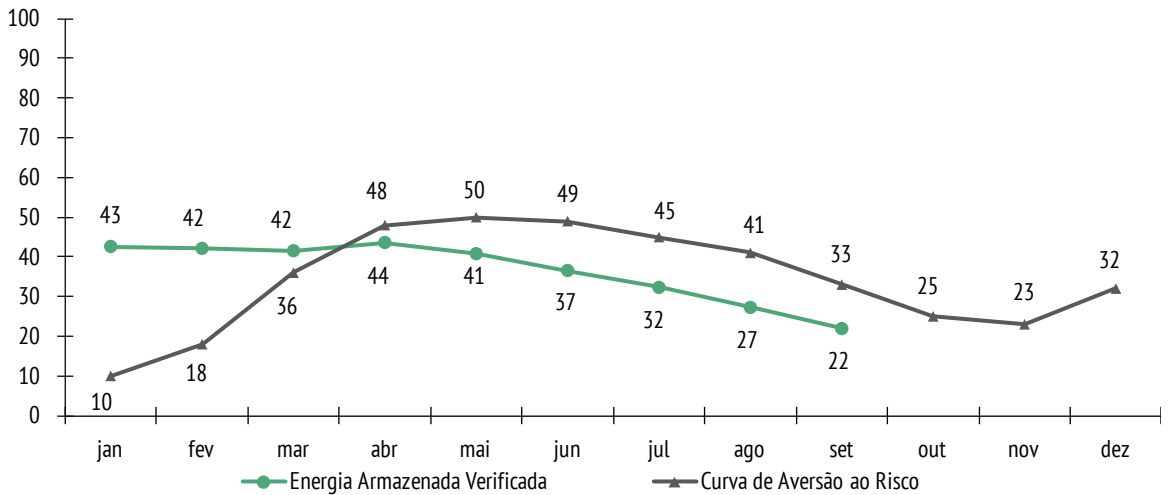
Em setembro de 2014, a energia armazenada verificada caiu em quase todas as Regiões. Apenas a Região Sul subiu de 73% para 75%. nas Regiões Sudeste e Centro Oeste a energia armazenada caiu de 30% para 25%, na Região Nordeste a energia armazenada caiu de 27% para 22% e a na Região Norte caiu de 65% para 43%. As Regiões Nordeste,

Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

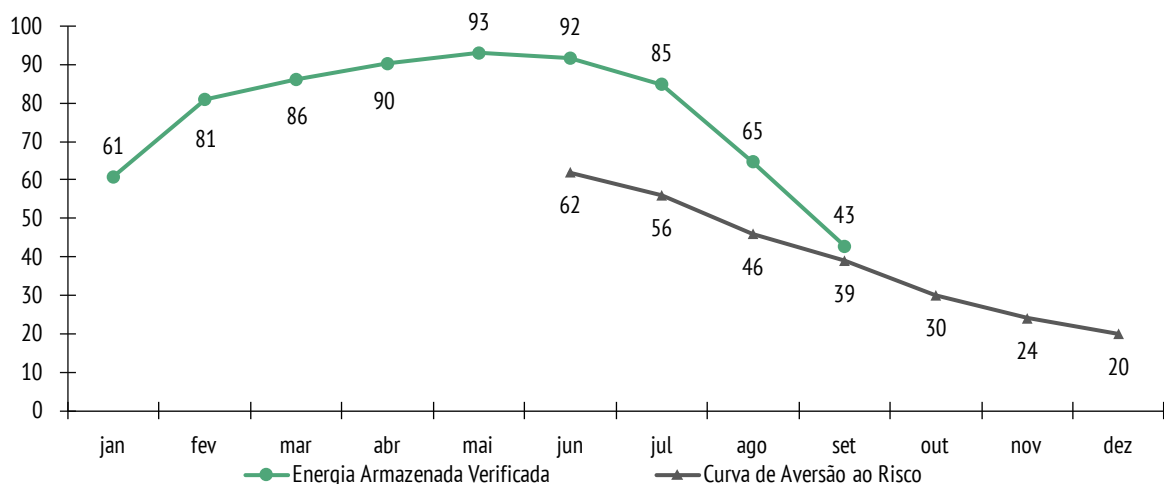
Curva de Aversão ao Risco 2014 - Sul (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Nordeste (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Norte (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

Até o fechamento desta edição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CCEE, não havia disponibilizado os dados de Preço de Liquidação das Diferenças. Seguem as últimas informações disponíveis.

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada

patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de setembro, o PLD não atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas Regiões. Para carga pesada atingiu valor máximo de R\$ 752,54/MWh para todas as regiões. Enquanto para a carga leve teve um máximo de R\$ 735,21 para todas as regiões.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Setembro 2014 (Período: 20/09/2014 a 26/09/2014)

Carga	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	752,54	752,54	752,54	752,54
Média	751,91	751,91	751,91	751,91
Leve	735,21	735,21	735,21	735,21

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal

Região	Setembro 2013	Setembro 2014	Varição (%)
Sudeste/Centro-Oeste	266,16	728,95	173,88
Sul	248,36	728,95	193,51
Nordeste	269,10	728,95	170,88
Norte	269,10	728,95	170,88

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de agosto de 2014, foi de 75 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 16% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em agosto de 2014 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 9,3% da produção foi considerada óleo

leve (maior ou igual a 31°API), 61,3% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 29,4% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

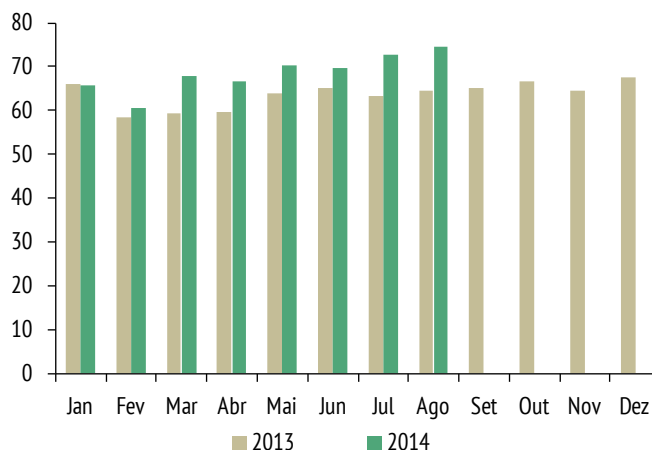
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em agosto de 2014, foi de 67 milhões de bep. Esse volume foi 5% superior ao observado em agosto de 2013 e no acumulado do ano 1% superior.

O volume de petróleo exportado pelo País, em agosto de 2014, foi de 17 milhões de bep, valor 37% superior ao exportado em agosto de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 55% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em agosto de 2014, foi de US\$ 119,36/barril, valor 4% superior ao observado em agosto de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou aumento de 1%.

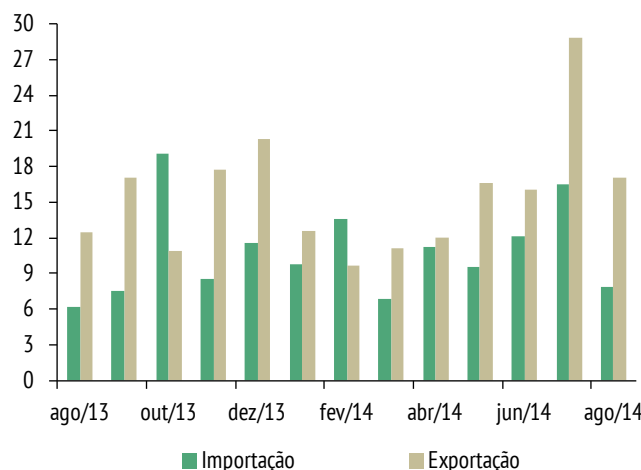
De acordo com a ANP, em agosto de 2014, cerca de 92,8% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



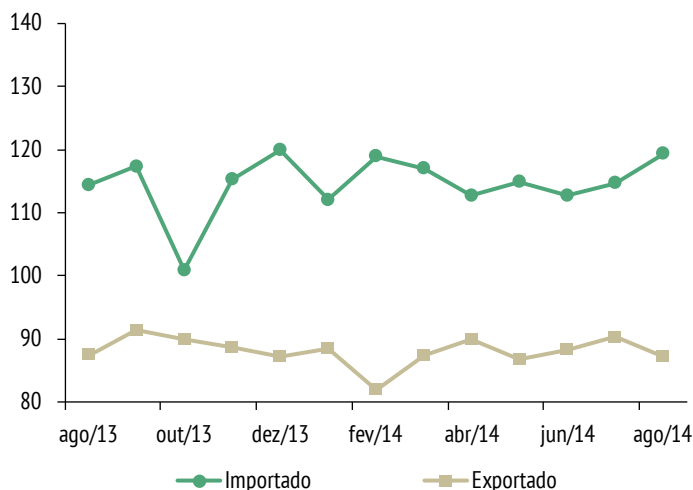
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



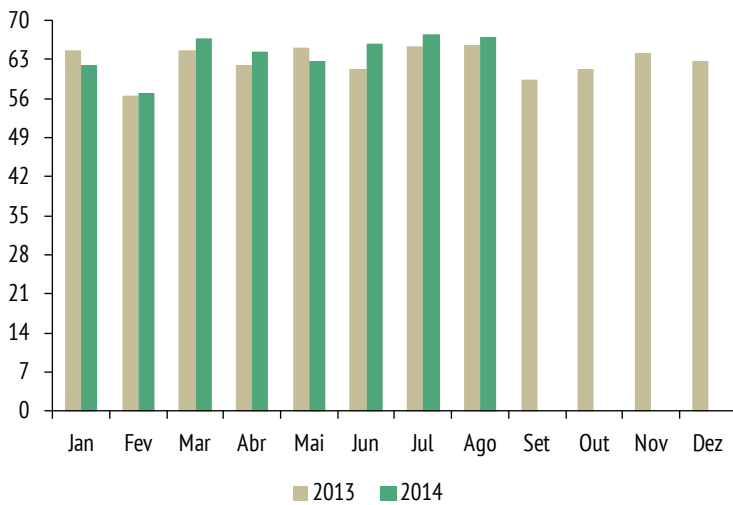
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em agosto de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 67 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 2% superior ao produzido em agosto de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados também foi 2% superior ao mesmo período do ano passado.

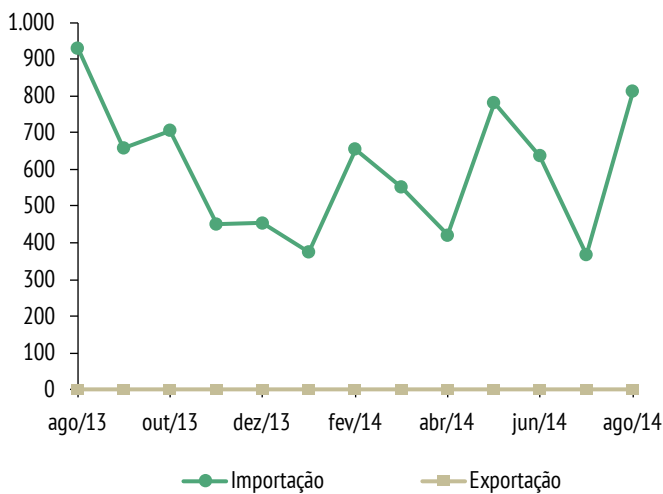
A importação de derivados de petróleo, em agosto de 2014, foi de 13 milhões bep, valor 18% inferior ao registrado em agosto do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 3% inferior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



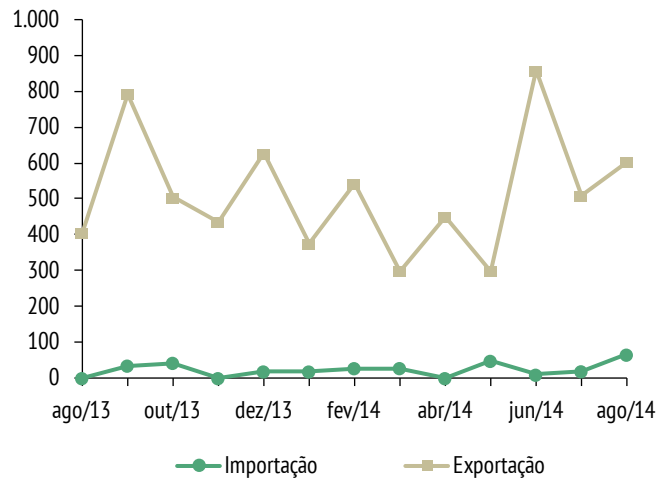
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

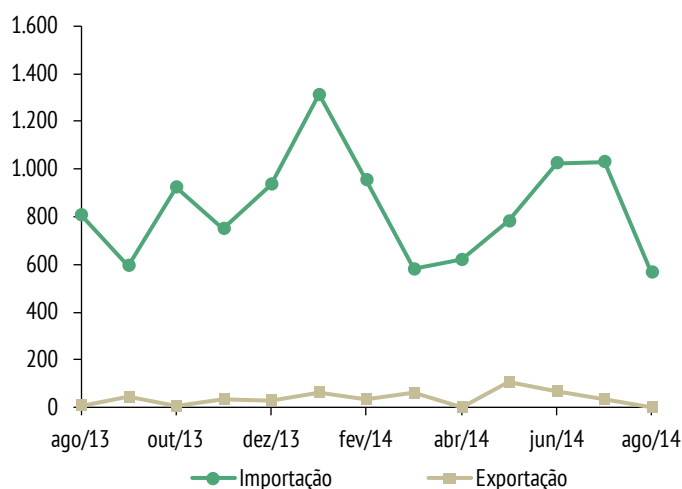
Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

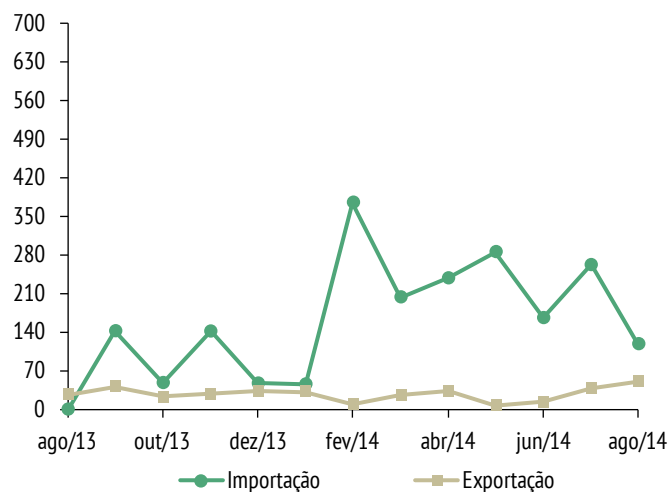
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em agosto de 2014, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 24% superior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 6% superior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em agosto de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 8% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 5 milhões de bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 69 milhões de bep. Em agosto de 2013, a dependência externa foi positiva em 3%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 3%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 14%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Agosto/2013	Jan-Ago/2013	Agosto/2014	Jan-Ago/2014
Produção de Petróleo (a)	65	501	75	548
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-6	20	-9	-36
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	62	4	54
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	67	582	69	567
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	82	-5	18
Dependência Externa (%) (e)/(d)	3	14	-8	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Agosto/2013	Jan-Ago/2013	Agosto/2014	Jan-Ago/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.088	7.077	1.489	10.906
Dispêndio com importação (b)	708	11.280	941	10.081
Balança Comercial (c)=(a-b)	380	-4.203	548	825
Derivados				
Receita com exportação (d)	752	6.425	943	6.694
Dispêndio com importação (e)	1.589	13.596	1.442	12.961
Balança Comercial (f)=(d-e)	-837	-7.171	-500	-6.267
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.840	13.502	2.431	17.600
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.298	24.876	2.383	23.042
Balança Total (i)=(g)-(h)	-458	-11.374	48	-5.442

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em agosto de 2014, apresentou saldo de US\$ 48 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 48 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 458 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 5,4 bilhões FOB.

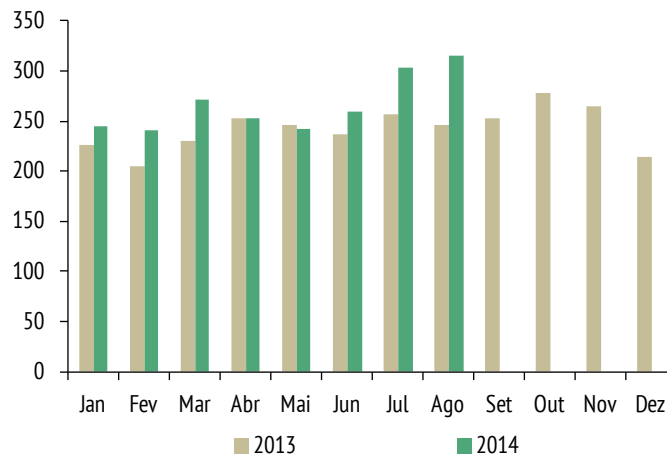
No mesmo período do ano anterior, a dependência externa foi positiva em 3%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 3%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 14%.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em agosto de 2014, foi de 315 mil m³, montante 28% superior ao produzido em agosto de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 12% superior.

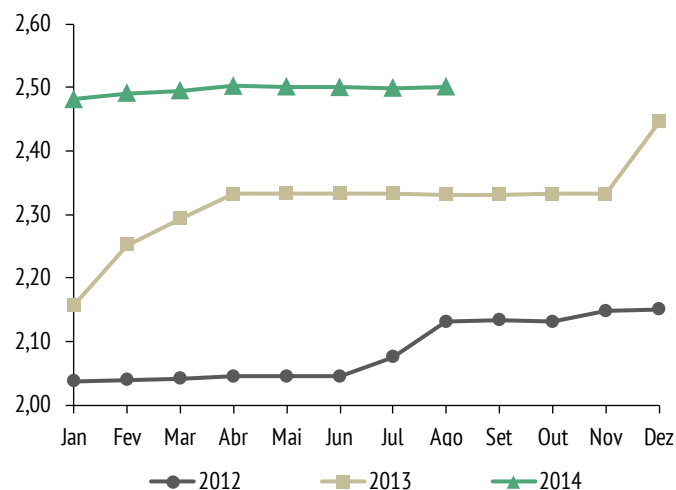
Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em agosto de 2014, foi de R\$ 2,50/ℓ, valor 7% superior ao observado em agosto de 2013.

Preço ao Consumidor do Diesel (R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de julho de 2015, 11.939 mil m³ de álcool, sendo 6.842 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (57%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 18% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 18% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

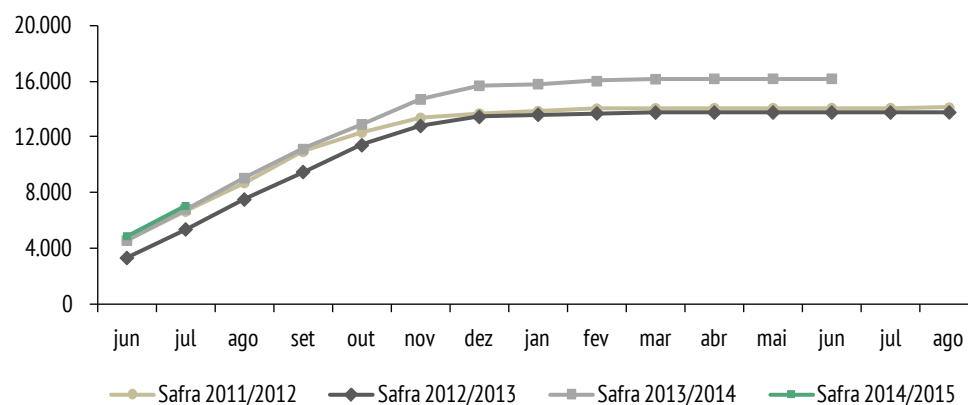
A produção de açúcar apresentou aumento. Até 31 de julho de 2014, produziu-se 14 milhões de toneladas de açúcar, volume 11% superior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de julho de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de julho de 2015)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	4.729	5.097	8
Álcool Hidratado (mil m ³)	5.400	6.842	27
Total Álcool (mil m ³)	10.129	11.939	18
Açúcar (mil ton)	12.356	13.704	11

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

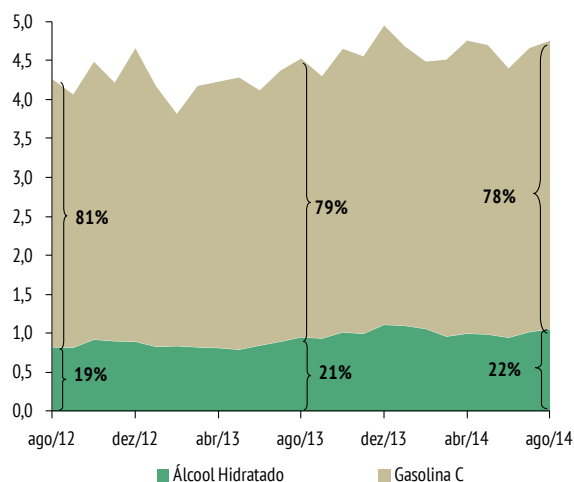
Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.053 mil m³ em agosto de 2014. Esse número representa um aumento de 11% em relação ao volume vendido em agosto de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 20% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 22% do universo de vendas do álcool e da gasolina em agosto de 2014. Essa participação foi superior ao observado em agosto de 2013 quando as vendas de álcool representaram 21%.

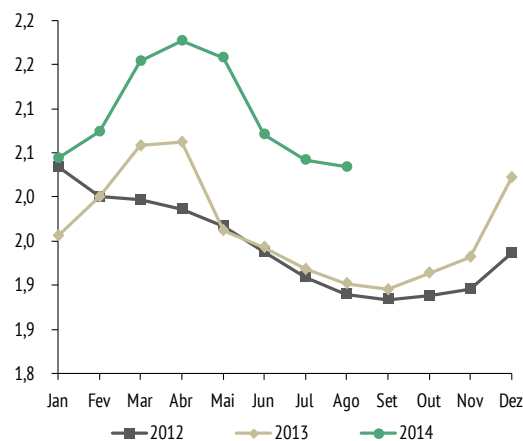
Em agosto de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,03/ℓ, valor 7% superior ao registrado em agosto de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹



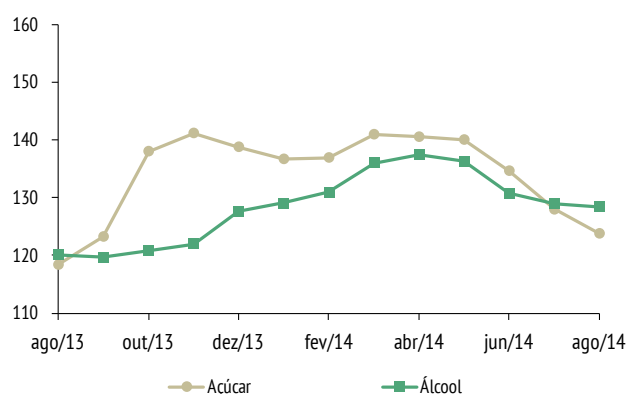
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2014, foi de 91 milhões m³, representando um aumento de 18% comparado à média verificada em agosto de 2013. No acumulado do ano, a média foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em agosto de 2014, foi de 56 milhões m³/

dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 115 milhões m³/dia. Este montante é 25% superior ao observado em agosto de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 4% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 35% em agosto de 2014. Em agosto de 2013, essa proporção havia sido de 32%.

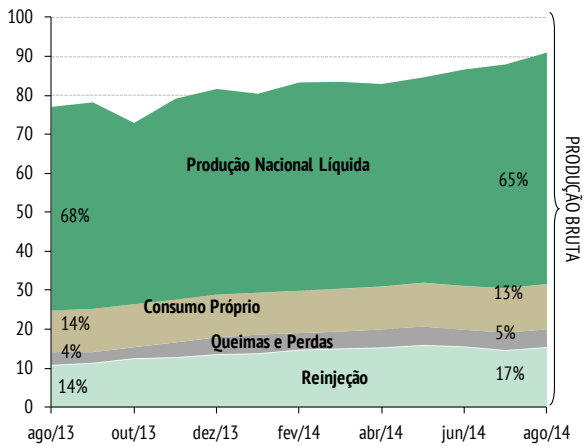
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Agosto/2013	Média do período Jan-Ago/2013	Média em Agosto/2014	Média do período Jan-Ago/2014
Produção Nacional ¹	76.987	76.504	90.907	84.969
- Reinjeção	10.734	9.656	15.345	14.984
- Queimas e Perdas	3.284	3.635	4.549	4.513
- Consumo Próprio	10.767	10.674	11.681	11.208
= Produção Nac. Líquida	52.201	52.538	59.330	54.264
+ Importação	40.142	46.466	55.916	48.719
= Oferta	92.343	99.004	115.246	102.983

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

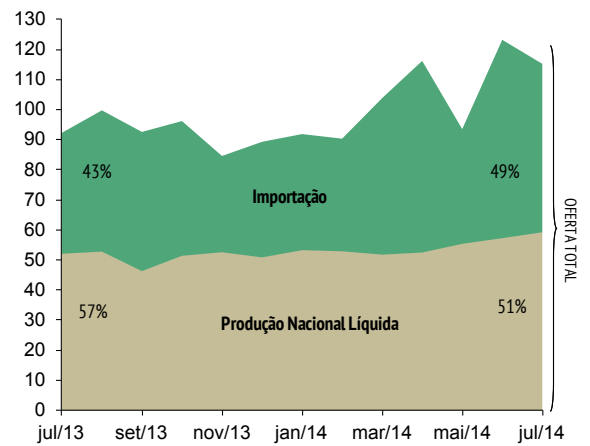
¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



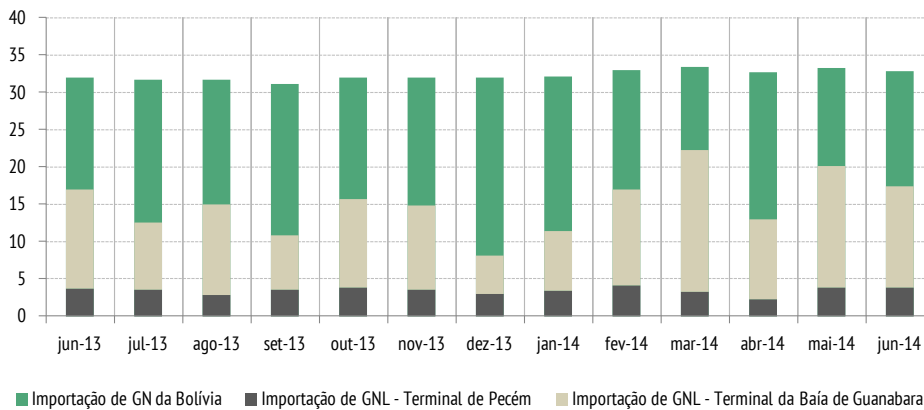
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em junho de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 3% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em junho de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 19 milhões m³/dia, volume 12% superior ao montante observado em junho de 2013.

Importação Média de Gás Natural (MME)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em julho de 2014 foi, em média, de 78 milhões de m³/dia. Essa média é 21% superior ao volume médio diário consumido em julho de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação de 6% superior ao observado de janeiro a julho de 2013.

O setor industrial, em julho de 2014, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 1% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou uma variação de 1% superior ao observado de janeiro a julho de 2013. De acordo com a Abegás, apesar do aumento, o

desempenho reflete a perda da competitividade industrial no país, principalmente para as indústrias que fazem uso intensivo do gás natural. A associação afirma que o resultado poderá ser comprometido nos próximos meses do ano, devido a retirada do desconto de 1,57% da Petrobras, no gás natural, desde 1º de agosto.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Julho/2014	Jan-Jul/2014	Jul-2014/Jul-2013	Acumulado no Ano
Industrial	28.420	28.416	-1	1
Automotivo	4.743	4.901	-5	-3
Residencial	1.091	907	-8	-5
Comercial	759	743	-5	2
Geração Elétrica	33.288	32.652	44	15
Co-geração*	2.813	2.607	6	4
Outros	7.279	3.632	140	-13
Total	78.392	73.858	21	6

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

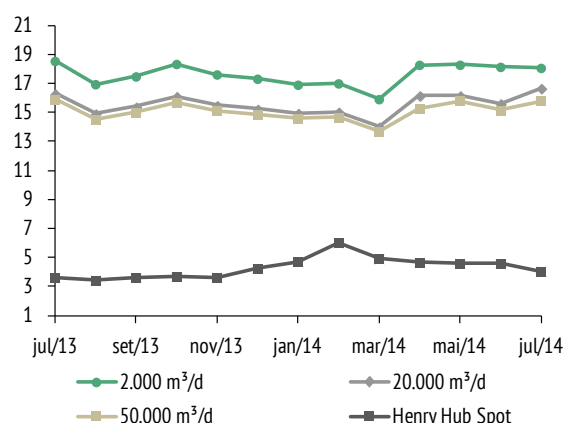
O setor industrial foi responsável por 36% do consumo de gás natural em julho de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 42% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em julho de 2014, foi de US\$ 16,84/MMBTU, valor é próximo ao observado em julho de 2013 (US\$ 16,91/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em julho de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,05/MMBTU, valor 12% superior ao apresentado em julho de 2013 (US\$ 3,62/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

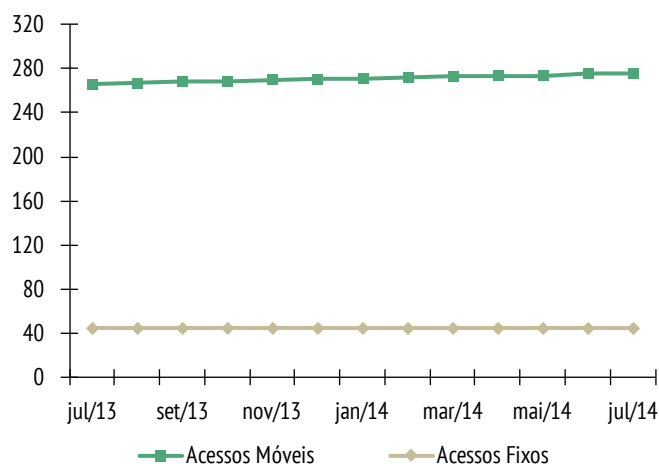
5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis. Em junho de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 276 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do

ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos móveis nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



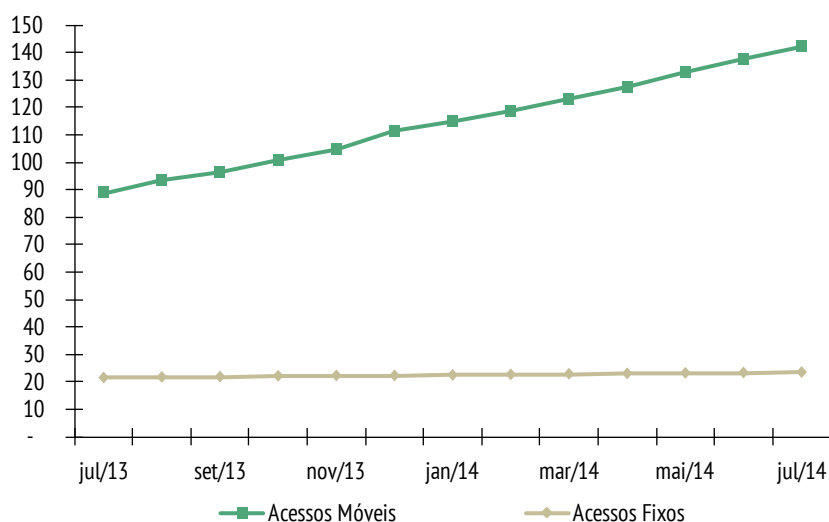
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em julho de 2014 foi de 142 milhões, montante 60% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a junho de 2014, os acessos de internet móvel foram 3% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio de 2013.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de julho de 2014, um total de 23 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a junho de 2014, os acessos à internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

³ A partir de 2014 a metodologia de obtenção de dados da Anatel foi alterada, gerando uma diferença de -2% dos valores obtidos para os anos de 2013 e 2014.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em setembro de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma retração de 8% em relação a setembro de 2013. A movimentação de granel líquido foi similar ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral solta apresentou expansão de 1%.

Em setembro de 2014, os TUPs representaram 69% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 48.035 mil toneladas, volume 3% inferior ao observado em setembro de 2013. Os portos públicos movimentaram 21.408 mil toneladas em setembro de 2014, volume 10% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

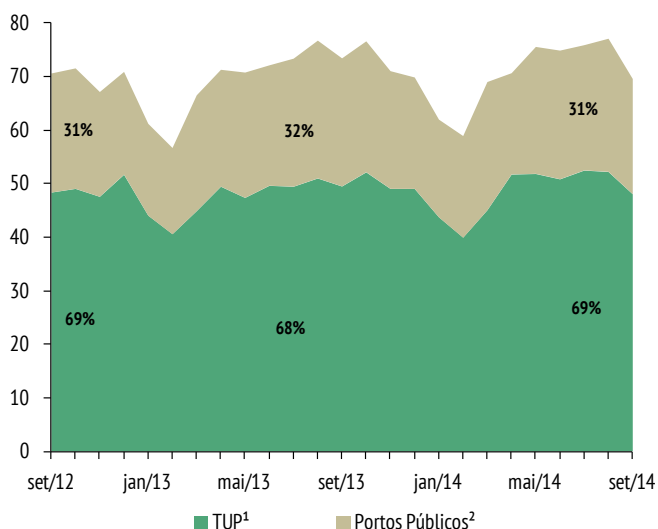
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em setembro de 2014 foi de 810 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 7% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

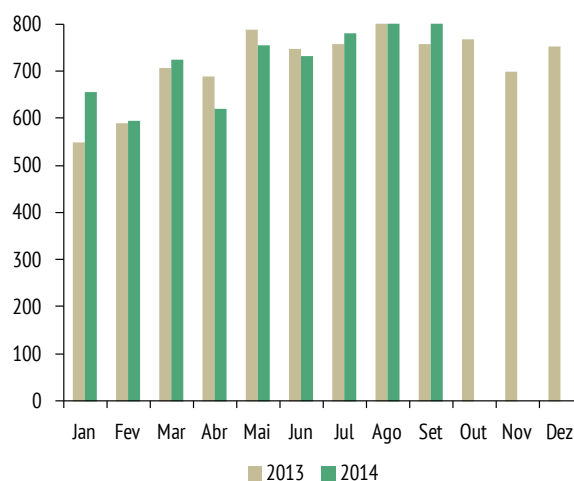
	Período		Varição %
	Set/2013	Set/2014	Set-2014 / Set-2013
Granel Sólido (a)	51.744	47.642	-8%
Portos Públicos	18.215	15.999	-12%
TUPs	33.529	31.643	-6%
Granel Líquido (b)	17.735	17.963	1%
Portos Públicos	4.373	4.387	0%
TUPs	13.363	13.576	2%
Carga Geral Solta (c)	3.791	3.837	1%
Portos Públicos	1.203	1.021	-15%
TUPs	2.588	2.816	9%
Total (a+b+c)	73.271	69.443	-5%
Portos Públicos	23.791	21.408	-10%
TUPs	49.480	48.035	-3%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (96 instalações)
Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)



Movimentação Total de Contêineres* (mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)
² Portos públicos (32 instalações)

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações)
Portos públicos (33 instalações)

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

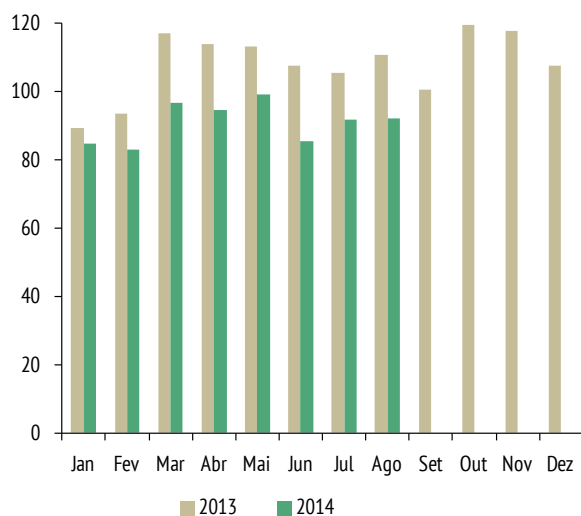
Em agosto de 2014, 17 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 2% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) passou a divulgar os dados de movimentação de carga paga nos aeroportos brasileiros. A movimenta-

ção de carga aérea total no País, em agosto de 2014, foi de 49 mil toneladas, montante 1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 5% inferior.

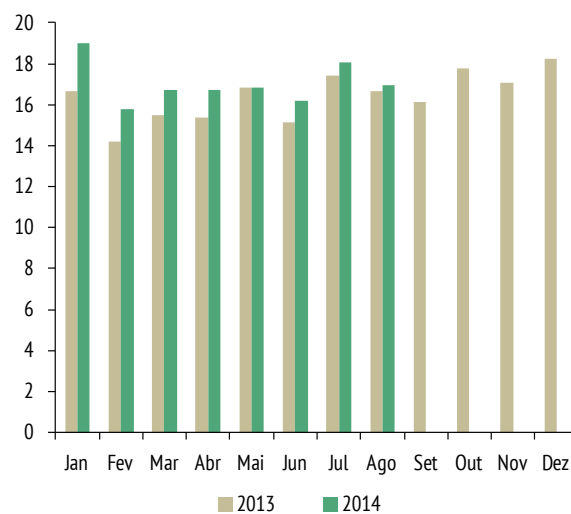
A carga doméstica respondeu por 71% do total de cargas movimentado em agosto de 2014.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em setembro de 2014, foi de 38 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 7% inferior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de contêiner foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (27%), enquanto a carga geral não containerizada apresentou a maior retração (-47%). O minério de ferro correspondeu a 75% do total movimentado em setembro de 2014.

Movimentação Acumulada de Cargas

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Setembro (mil TU)	Setembro (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	28.496	31.735	-10
Produção Agrícola (exceto soja)	3.335	3.189	5
Soja e Farelo de Soja	1.249	1.225	2
Indústria Siderúrgica	1.016	1.035	-2
Carvão/Coque	869	801	8
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	802	923	-13
Extração Vegetal e Celulose	642	698	-8
Grãos Minerais	508	420	21
Adubos e Fertilizantes	399	390	2
Conteiner	331	260	27
Indústria Cimenteira e Construção Civil	274	295	-7
Cimento	248	271	-8
Carga Geral - Não Contein.	11	20	-47
Total	38.179	41.263	-7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em setembro de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 68 milhões de toneladas, montante 8% inferior ao averiguado em setembro do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Set/2014	Jan-Set/2014	Set-2014 / Set-2013	Acumulado do ano
Marítimo	64.618	517.501	9	5
Fluvial	1.393	13.799	-4	11
Aéreo	118	941	12	-6
Ferroviário	35	347	-35	-23
Rodoviário	970	8.442	5	5
Outros*	1.070	8.819	12	-2
Total	68.205	549.849	8	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.
*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição não haviam dados do BNDES para o mês de julho de 2014. Seguem os dados disponíveis. Em junho de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4 bilhões, valor 28% inferior ao aportado em junho de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Junho/2013 R\$ milhão	Junho/2014 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	266	595	124	13
Energia Elétrica e Gás Natural	3.541	2.067	-42	47
Saneamento	111	158	43	4
Telecomunicações	50	74	48	2
Transporte	2.149	1.535	-29	35
Aéreo	318	26	-92	-
Aquaviário	67	19	-71	-
Terrestre	1.764	1.490	-16	-
Total Infraestrutura	6.117	4.430	-28	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,6 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 29 de outubro, R\$ 44 bilhões, o que representa 62% da dotação autorizada. Até o dia 29 de outubro, foram liquidados R\$ 14,7 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 13,4 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 48 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 9,9 bilhões (52% da dotação). Até o dia 29 de outubro, foram liquidados R\$ 4,0 bilhões do orçamento, o montante pago do orçamento foi R\$ 3,3 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 9,8 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 239 milhões) e outros (R\$ 750 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e um total pago no valor de R\$ 16 milhões até dia 29 de outubro.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação

aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 42% foram pagos até 29 de outubro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 52% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 62,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 23% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 39,9 bilhões (64% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 17,8 bilhões até 30 de setembro. Foram pagos R\$ 17,6 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 29,6 bilhões. Restam R\$ 38 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/10/2014

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.777	490	28	80	4	80	4	366	445	606
MAPA	1.271	643	51	65	5	19	1	641	660	775
MCTI	1.364	505	37	305	22	245	18	536	781	648
MDIC	168	45	27	24	14	23	14	45	69	42
MME	146	194	133	109	75	98	67	65	163	22
M. Transportes	15.872	9.881	62	3.999	25	3.328	21	6.508	9.836	6.084
M. Comunicações	121	49	41	3	2	3	2	84	87	74
MMA	183	76	41	14	8	13	7	105	118	22
MDA	686	342	50	49	7	44	6	3.778	3.822	536
M. Defesa	9.449	6.858	73	3.430	36	3.335	35	5.846	9.181	1.804
M. Int. Nacional	7.579	3.745	49	1.404	19	1.293	17	2.314	3.607	3.724
M. das Cidades	9.891	3.587	36	644	7	514	5	2.445	2.959	11.854
Outros**	35.360	17.501	49	4.598	13	4.422	13	12.334	16.756	21.944
Total	83.868	43.915	52	14.723	18	13.417	16	35.066	48.483	48.134

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 29/10/2014

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.738	2.208	81	1.341	49	1.293	47	665	1.957	658
Hidroviário	239	169	71	3	1	2	1	123	125	214
Portuário	0	9	0	1	0	1	0	15	16	5
Rodoviário	12.146	7.256	60	2.570	21	1.957	16	5.506	7.463	4.861
Outros	750	239	32	84	11	76	10	200	276	347
Total	15.872	9.881	62	3.999	25	3.328	21	6.508	9.836	6.084

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/10/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	400	71
União	7.683	-350	4.174	3.159

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 29/10/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.518	6.108	6.013
União	79.369	-3.502	30.891	44.975

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014
PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 29/10/2014

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.961	1.816	46	1.300	33	1.300	33	910	2.210	727
M. Planejamento	2	1	40	0	20	0	20	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	281	281	389
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	32	32	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.688	86	791	12	786	12	2.748	3.533	4.016
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	268	108	169	68	157	64	197	354	109
M. Saúde	2.410	1.283	53	1.002	42	980	41	923	1.903	2.745
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.646	10.107	69	4.062	28	3.379	23	6.959	10.338	6.092
M. Comunicações	101	28	28	0	0	0	0	24	24	7
M. Cultura	166	98	59	20	12	20	12	237	257	308
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MDA	38	12	32	4	10	4	10	3.395	3.399	18
M. Esporte	1.394	501	36	170	12	170	12	296	466	1.036
M. Defesa	4.943	4.488	91	2.377	48	2.348	47	3.516	5.863	607
M. Integr. Nacional	5.967	3.378	57	1.342	22	1.237	21	1.960	3.197	2.047
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	57	57	1.526
M. Desenv. Social	643	385	60	200	31	200	31	487	687	254
M. Cidades	21.340	14.832	70	9.620	45	9.491	44	8.239	17.729	16.739
Total	62.573	42.885	69	21.059	34	20.073	32	30.262	50.335	36.705

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.